

Decretos-Lei:

- **Decreto-Lei n.º 138/1979**, de 18 de maio - Estabelece normas relativas à produção, recolha, concentração e destino do leite. Diário da República 1ª série, n.º 114, p. 976-980.
- **Decreto-Lei n.º 28/1984**, de 20 de janeiro - Relativo a infrações antieconómicas e contra a saúde pública. Diário da República 1ª série, n.º 17, p. 240-258.
- **Decreto-Lei n.º 368/1988**, de 15 de outubro - Disciplina o comércio não sedentário de carnes e seus produtos em unidades móveis. Diário da República 1ª série, n.º 239, p. 4220-4222.
- **Decreto-Lei n.º 251/1991**, de 16 de julho - Relativo a alimentos ultracongelados, sua preparação, acondicionamento e rotulagem. Diário da República 1ª série A, n.º 161, p. 3625-3627.
- **Decreto-Lei n.º 375/1998**, de 24 de novembro - Fixa as normas sanitárias à produção e colocação no mercado dos produtos da pesca destinados ao consumo humano. Revoga os Decretos-Leis n.º 283/94, de 11 de novembro, e 124/95, de 31 de maio, e a Portaria n.º 553/95, de 8 de junho. Diário da República 1ª série A, n.º 272, p. 6461-6474.
- **Decreto-Lei n.º 560/1999**, de 18 de dezembro - Relativo à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios destinados ao consumidor final. Diário da República 1ª série A, n.º 239, p. 9049-9059.
- **Decreto-Lei n.º 109/2000**, de 30 de junho - Relativo ao regime de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho. Diário da República 1ª série A, n.º 149, p. 2835-2847.
- **Decreto-Lei n.º 238/2000**, de 26 de setembro - Define e caracteriza a aguardente de medronho e estabelece as regras relativas ao seu acondicionamento e rotulagem. Diário da República 1ª série A, n.º 223, p. 5145-5147.

- **Decreto-Lei n.º 244/2000**, de 27 de setembro - Adota medidas de combate à brucelose e altera as normas relativas à classificação sanitária dos efetivos bovinos, ovinos e caprinos e à classificação de áreas. Diário da República 1ª série A, n.º 224, p. 5207-5223.
- **Decreto-Lei n.º 272/2000**, de 8 de novembro - Adota medidas de combate à tuberculose bovina e altera as normas relativas à classificação sanitária dos efetivos bovinos. Diário da República 1ª série A, n.º 258, p. 6230-6235.
- **Decreto-Lei n.º 39/2003**, de 8 de março - Estabelece o regime aplicável, no território do continente, à classificação do leite entregue pelos produtores nos locais de recolha do leite. Diário da República 1ª série A, n.º 57, p. 1649-1650.
- **Decreto-Lei n.º 85/2005**, de 28 de abril - Estabelece o regime legal da incineração e coincineração de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2000/76/CE. Diário da República 1ª série A, n.º 82, p. 3214-3235.
- **Decreto-Lei n.º 111/2006**, de 9 de junho - Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2004/41/CE, que revoga legislação relativa à higiene dos géneros alimentícios e às regras aplicáveis à produção e à comercialização de determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano, e altera as Portarias n.º 576/93 e 492/95. Diário da República 1ª série A, n.º 112, p. 4109-4112.
- **Decreto-Lei n.º 113/2006**, de 12 de junho - Visa assegurar a execução e garantir o cumprimento, no ordenamento jurídico nacional, das obrigações decorrentes dos Regulamentos (CE) n.º 852/2004 e 853/2004, relativos à higiene dos géneros alimentícios e às regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal. Diário da República 1ª série A, n.º 113, p. 4143-4148.
- **Decreto-Lei n.º 178/2006**, de 5 de setembro - Estabelece o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/12/CE e a Diretiva n.º 91/689/CEE. Diário da República 1ª série, n.º 171, p. 6526-6545.
- **Decreto-Lei n.º 1/2007**, de 2 de janeiro - Estabelece as condições de funcionamento dos locais de extração e processamento de mel e outros produtos da apicultura destinados ao consumo humano. Diário da República 1ª série, n.º 1, p. 5-7.

- **Decreto-Lei n.º 259/2007**, de 17 de julho - Aprova o regime de declaração prévia a que estão sujeitos os estabelecimentos de comércio de produtos alimentares e alguns estabelecimentos de comércio não alimentar e de prestação de serviços que podem envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas e revoga o Decreto-Lei n.º 370/99 e as Portarias n.º 33/2000 e 1061/2000. Diário da República 1ª série, n.º 136, p. 4494-4496.
- **Decreto-Lei n.º 306/2007** de 27 de agosto - Estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano. Diário da República, 1ª série, n.º 164, p 5747-5765.
- **Decreto-Lei n.º 350/2007**, de 19 de outubro - Relativo ao quadro legal relativo à produção e comercialização do sal destinado a fins alimentares. Diário da República 1ª série, n.º 202, p. 7684-7685.
- **Decreto-Lei n.º 148/2008**, de 29 de julho - Relativo a medicamentos veterinários, é estabelecido um código comunitário relativo ao uso de medicamentos veterinários. Diário da República 1ª série, n.º 145, p. 5048-5095.
- **Decreto-Lei n.º 207/2008**, de 23 de outubro - Altera e republica o Decreto-Lei n.º 147/2006, aprova o Regulamento das Condições Higiénicas e Técnicas a Observar na Distribuição e Venda de Carnes e Seus Produtos. Diário da República 1ª série, n.º 206, p. 7502-7512.
- **Decreto-Lei n.º 214/2008**, de 10 de novembro - Aprova o regime de exercício da atividade pecuária (REAP). Diário da República 1ª série, n.º 218, p. 7820-7854.
- **Decreto-Lei n.º 242/2009**, de 16 de setembro - Determina que a robustez física e o perfil psíquico exigidos para o exercício de funções profissionais, públicas ou privadas, são comprovados por declaração do próprio candidato, a qual assegure o cumprimento destes requisitos. Diário da República 1ª série, n.º 180, p. 6597-6598.
- **Decreto-Lei n.º 78/2010**, de 25 de junho - Modifica o processo de instalação, alteração e exercício de uma atividade pecuária, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008. Diário da República 1ª série, n.º 122, p. 2274-2278.
- **Decreto-Lei n.º 45/2011**, de 25 de março - Modifica os prazos do período transitório e regime excecional de regularização de explorações pecuárias e procede à terceira

alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008. Diário da República 1ª série, n.º 60, p. 1695-1697.

- **Decreto-Lei n.º 48/2011**, de 1 de abril - Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2010, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010. Diário da República 1ª série, n.º 65, p. 1882-1904.
- **Decreto-Lei n.º 169/2012**, de 1 de agosto - Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema e respetivas portarias regulamentadoras (Revoga o Decreto-Lei n.º 209/2008). Diário da República 1ª série, n.º 148, p. 3969-4007.
- **Decreto-Lei n.º 81/2013**, de 14 de junho - Aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária (NREAP). Diário da República 1ª série, n.º 113, p. 3304-3329.
- **Decreto-Lei n.º 26/2016**, de 9 de junho - Relativo a rotulagem de Géneros Alimentícios não pré-embalados destinados ao consumidor final. Diário da República 1ª série, n.º 111, p. 1785-1790.
- **Decreto-Lei n.º 62/2017**, de 9 de junho - Estabelece o regime aplicável à composição, rotulagem e comercialização do leite, dos produtos derivados do leite e aos produtos extraídos do leite. Diário da República 1ª série, n.º 112, p. 2924-2944.
- **Decreto-Lei n.º 152/2017**, de 7 de dezembro - Proceda à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 306/2007 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010), que estabelece o regime da qualidade da água para consumo humano, introduzindo na legislação portuguesa as diretivas europeias 2015/1787/UE e 2013/51/EURATOM. Diário da República 1ª série, n.º 235, p. 6555-6576.

Portarias:

- **Portaria n.º 861/1984**, de 15 de novembro - Proíbe a venda e consumo de determinada qualidade de leite e produtos derivados. Diário da República 1ª série, n.º 265, p. 3458-3458.

- **Portaria n.º 149/1988**, de 9 de março - Relativo a higiene dos manipuladores de alimentos, que fixa as regras de asseio e higiene a observar na manipulação de alimentos e determina a abolição do boletim de sanidade. Diário da República 1ª série, n.º 57, p. 877-878.
- **Portaria n.º 699/2008**, de 29 de julho - Regulamenta as derrogações previstas no Regulamento (CE) n.º 853/2004 e no Regulamento (CE) n.º 2073/2005 para determinados géneros alimentícios. Diário da República 1ª série n.º 145, p. 5046-5048.
- **Portaria n.º 638/2009**, de 9 de junho - Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária ou atividades complementares de animais das espécies bovina, ovina e caprina. Diário da República 1ª série, n.º 111, p. 3622-3629.
- **Portaria n.º 1129/2009**, de 1 de outubro - Aprova o regulamento do controlo metroológico dos instrumentos de medição e registo da temperatura a utilizar nos meios de transporte nas instalações de depósito e armazenagem dos alimentos a temperatura controlada. Diário da República 1ª série, n.º 191, p. 7114-7116.
- **Portaria n.º 74/2014**, de 20 de março - Relativo a derrogações e medidas nacionais previstas nos Regulamentos n.º 852/2004 e 853/2004, e critérios para a aplicação de flexibilidade nos procedimentos de amostragem previstas no Regulamento n.º 2073/2005. Diário da República 1ª série, n.º 56, p. 2112-2118.

Despachos-Normativos:

- **Despacho Normativo n.º 38/2008**, de 13 de agosto - Estabelece o procedimento para a concessão das adaptações aos requisitos de higiene aplicáveis à produção de géneros alimentícios, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 852/2004 e no artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, bem como no artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 2074/2005. Diário da República 2ª série, n.º 156, p. 36088-36089.

Regulamentos:

- **Regulamento (CE) n.º 258/1997** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de janeiro - Relativo a novos alimentos e a novos ingredientes alimentares. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L 43, p. 1-6.
- **Regulamento (CE) n.º 178/2002** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro - Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA) e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios e suas alterações. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L 31, p. 1-24.
- **Regulamento (CE) n.º 852/2004** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril - Relativo à higiene dos géneros alimentícios e suas alterações, ou seja, estabelece aos operadores das empresas a obrigação de possuir/desenvolver sistemas e registos de autocontrolo que contemplem a rastreabilidade dos géneros alimentícios ao longo da cadeia alimentar, a aplicação de regras de higiene e boas práticas, tais como HACCP, e o cumprimento dos critérios microbiológicos nos géneros alimentícios estabelecidos por lei. Jornal Oficial da União Europeia, L 139, p. 1-54.
- **Regulamento (CE) n.º 853/2004** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril - Estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal, e suas alterações. Jornal Oficial da União Europeia, L 139, p. 55-205.
- **Regulamento (CE) n.º 854/2004** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril - Estabelece regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano e suas alterações. Jornal Oficial da União Europeia, L 139, p. 206-320.
- **Regulamento (CE) n.º 882/2004** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril - Relativo aos controlos oficiais realizados para assegurar a verificação do cumprimento da legislação relativa aos alimentos para animais e aos géneros alimentícios e das normas relativas à saúde e ao bem-estar dos animais e suas alterações. Jornal Oficial da União Europeia, L 165, p. 1-141.
- **Regulamento (CE) n.º 1935/2004** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de outubro - Relativo a materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos. Jornal Oficial da União Europeia, L 338, p. 4-17.

- **Regulamento (CE) n.º 2073/2005** da Comissão, de 15 de novembro - Relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios. Jornal Oficial da União Europeia, L 338, p. 1-26.
- **Regulamento (CE) n.º 2074/2005** da Comissão, de 5 de dezembro - Estabelece medidas de execução para determinados produtos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 853/2004, e para a organização de controlos oficiais ao abrigo dos Regulamentos (CE) n.º 854/2004 e n.º 882/2004, que derroga o Regulamento (CE) n.º 852/2004 e altera os Regulamentos (CE) n.º 853/2004 e (CE) n.º 854/2004. Jornal Oficial da União Europeia, L 338, p. 27-59.
- **Regulamento (CE) n.º 1662/2006** da Comissão, de 6 de novembro - Altera o Regulamento (CE) n.º 853/2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal. Jornal Oficial da União Europeia, L 320, p. 1-10.
- **Regulamento (CE) n.º 1663/2006** da Comissão, 6 de novembro - Altera o Regulamento (CE) n.º 854/2004, que estabelece regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano. Jornal Oficial da União Europeia, L 320, p. 11-12.
- **Regulamento (CE) n.º 1664/2006** da Comissão, 6 de novembro - Altera o Regulamento (CE) n.º 2074/2005, no que diz respeito a medidas de execução aplicáveis a determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano e que revoga determinadas medidas de execução. Jornal Oficial da União Europeia, L 320, p. 13-45.
- **Regulamento (CE) n.º 1881/2006** da Comissão, de 19 de dezembro - Fixa os teores máximos de certos contaminantes presentes nos géneros alimentícios. Jornal Oficial da União Europeia, L 364, p. 5-24.
- **Regulamento (CE) n.º 2023/2006** da Comissão, de 22 de dezembro - Relativo às boas práticas de fabrico de materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos. Jornal Oficial da União Europeia, L 384, p. 75-78.

- **Regulamento (CE) n.º 1441/2007** da Comissão, de 1 de outubro - Altera o Regulamento (CE) n.º 2073/2005 relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios. Jornal Oficial da União Europeia, L 322, p. 12-29.
- **Regulamento (CE) n.º 110/2008** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro - Relativo à definição, designação, apresentação, rotulagem e proteção das indicações geográficas das bebidas espirituosas e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 1576/89 do Conselho. Jornal Oficial da União Europeia, L 39, p. 16-54.
- **Regulamento (CE) n.º 589/2008** da Comissão, de 23 de junho - Estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1234/2007, no que respeita às normas de comercialização dos ovos (e suas alterações). Jornal Oficial da União Europeia, L 163, p. 6-23.
- **Regulamento (CE) n.º 1020/2008** da Comissão, de 17 de outubro - Altera os anexos II e III do Regulamento (CE) n.º 853/2004 e o Regulamento (CE) n.º 2076/2005 no que diz respeito à marca de identificação, ao leite cru e aos produtos lácteos. Jornal Oficial da União Europeia, L 277, p. 8-14.
- **Regulamento (CE) n.º 1333/2008** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro - Relativo a aditivos alimentares, e ao estabelecimento de uma lista de aditivos alimentares. Jornal Oficial da União Europeia, L 354, p. 16-33.
- **Regulamento (CE) n.º 1069/2009** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro - Define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1774/2002 (regulamento relativo aos subprodutos animais). Jornal Oficial da União Europeia, L 300, p. 1-33.
- **Regulamento (UE) n.º 10/2011** da Comissão, de 14 de janeiro - Relativo a materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os alimentos. Jornal Oficial da União Europeia, L 12, p. 1-89.
- **Regulamento (UE) n.º 142/2011** da Comissão, de 25 de fevereiro - Aplica o Regulamento (CE) n.º 1069/2009, que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano e que aplica a

Diretiva 97/78/CE, no que se refere a certas amostras e certos artigos isentos de controlos veterinários nas fronteiras ao abrigo da referida diretiva. Jornal Oficial da União Europeia, L 54, p. 1-254.

- **Regulamento de Execução (UE) n.º 931/2011** da Comissão, de 19 de setembro - Relativo aos requisitos de rastreabilidade estabelecidos pelo Regulamento (CE) n.º 178/2002 para os géneros alimentícios de origem animal. Jornal Oficial da União Europeia, L. 242, p. 2-3.
- **Regulamento (UE) n.º 1169/2011** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro - Relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os géneros alimentícios, que altera os Regulamentos (CE) n.º 1924/2006 e (CE) n.º 1925/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 87/250/CEE da Comissão, 90/496/CEE do Conselho, 1999/10/CE da Comissão, 2000/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 2002/67/CE e 2008/5/CE da Comissão e o Regulamento (CE) n.º 608/2004 da Comissão. Jornal Oficial da União Europeia, L 304, p. 18-63.
- **Regulamento (UE) n.º 625/2017** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março - Relativo aos controlos oficiais e outras atividades oficiais que visam assegurar a aplicação da legislação em matéria de géneros alimentícios e alimentos para animais e das regras sobre saúde e bem-estar animal, que altera os Regulamentos (CE) n.º 999/2001, n.º 396/2005, n.º 1069/2009, n.º 1107/2009, n.º 1151/2012, n.º 652/2014, 2016/429 e 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho, os Regulamentos n.º 1/2005 e n.º 1099/2009 do Conselho, e as Diretivas 98/58, 1999/74, 2007/43, 2008/119 e 2008/120 do Conselho, e que revoga os Regulamentos n.º 854/2004 e n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, as Diretivas 89/608, 89/662, 90/425, 91/496, 96/23, 96/93/CE e 97/78 do Conselho e a Decisão 92/438 do Conselho (Regulamento sobre os controlos oficiais). Jornal Oficial da União Europeia, L 95, p. 1-142.